

Mitos e realidades da sublevação de Chiapas*

*James Petras e Steve Vieux***

Resumo:

Este artigo aborda a discussão acerca da legitimidade da luta dos indígenas-camponeses de Chiapas, México, ressalta a sua democracia participativa e busca elucidar certos mitos acerca do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

A sublevação zapatista em Chiapas tem gerado centenas de artigos e dezenas de livros. As linhas de argumentação sobre as origens e a natureza do conflito centram-se em vários temas: segundo alguns, trata-se de uma rebelião dos índios afetados pela pobreza; para outros, é parte dos novos movimentos sociais, distintos dos velhos movimentos de classe vinculados às ideologias. Certo autor tem qualificado esta rebelião de pós-moderna.¹ Estas interpretações sublinham a novidade, o caráter cultural e não ideológico da sublevação, dando assim provas de sua autenticidade, legitimidade e poder de atração sobre o público. O governo mexicano e seus partidários intelectuais sustentam, por outro lado, que valeria a pena debater as demandas dos índios, porém, revolucionários "forasteiros" manipularam a população local, explorando suas reivindicações para levar adiante sua agenda política.²

Deste modo, o debate está polarizado entre a esquerda que sublinha as origens "indígenas" da sublevação e a direita que recorre a noção de "subversão externa" como eixo central da ação revolucionária. A legitimidade da luta em ambos os casos está vinculada a sua autenticidade, a qual está associada a origens raciais/regionais particulares. Isto é de lamentar, já que a legitimidade da luta tem a ver não só com as condições que originaram o descontentamento senão com a natureza das organizações, do programa e da liderança envolvidos na luta contra estas condições.

Nestas questões, o tema das forças "internas" contra as "externas" é muito mais complexo do que mostraria a perspectiva da dicotomia. Em resumo, o fato de que revolucionários organizados desempenharam um papel ativo na formação, organização e luta programática em Chiapas não minimiza, de nenhuma maneira, a autenticidade ou legitimidade da revolução. Os revolucionários, muitos deles étnica e geograficamente forasteiros, ajudaram a centralizar o debate nacional e contribuíram nas negociações com o Estado. O que é novo e autêntico é a interação dialética

*Traduzido por José Rúbens Mascarenhas de Almeida, pós-graduando em Ciências Sociais pela PUC-SP/UESB e membro do Neils.

** Professores do Departamento de Sociologia da State University of New York, Binghamton, N.Y.

1. Em relação à reivindicação de "pós-moderna", carente de argumentos, ver Roger Burbach: "Roots of the postmodern Rebellion in Chiapas", *New Left Review*, núm. 205, maio-junho de 1994.

2. Sobre a política do governo mexicano, ver as notas de Gerardo Gazarla em "En unos días el EZLN pasó a ser..." *Proceso*, 897, 10 de janeiro de 1994.

entre, por um lado, as tradições locais de solidariedade dentro das comunidades e as autoridades locais comprometidas com seu povo e, por outro lado, os revolucionários marxistas, comprometidos com a criação de um movimento revolucionário com a visão de uma sociedade alternativa, sendo ambas partes capazes de aprender com uma experiência prática e adaptar-se a ela.

O prolongado processo de construção do movimento zapatista esteve embasado nas relações recíprocas entre intelectuais esquerdistas que aprendiam as normas e aceitavam a autonomia das comunidades indígenas e os líderes das comunidades atraídos pelas perspectivas de uma luta baseada na democracia participativa e recrutados para ela. As comunidades indígenas tinham uma história de relações com ativistas políticos esquerdistas, em particular com organizações de camponeses anteriores aos zapatistas.³ A decisão de constituir o movimento zapatista num exército de camponeses vinculados à comunidade organizada não foi tomada no vazio político, nem a criação do movimento esteve vinculada meramente às estruturas tradicionais de camponeses indígenas. Tal e qual declarou o líder de uma comunidade zapatista: “Antes da década de 1980 estávamos na Aric⁴ independente. Em 1987, os zapatistas começaram a recrutar a gente. Englobava a comunidade inteira e todo mundo foi recrutado”.⁵

A condição necessária para que a organização tivesse êxito residia precisamente na combinação de uma organização prévia com a predisposição de luta das comunidades indígenas, vinculadas a organizadores urbanos esquerdistas respeitosos com os líderes e com as estruturas locais que facilitaram o “recrutamento” de comunidades inteiras. As relações de solidariedade ativa e o pertencimento simultâneo à guerrilha e comunidades camponesas perduram ainda hoje. Como observou o líder de uma comunidade: “Aqui, na comunidade, criamos nossas próprias regras e leis. Aqui não há representantes do governo”.

Contrariamente às noções convencionais da sublevação zapatista, que a rotulam de sublevação meramente indígena composta de índios famintos ou de conspiração de marxistas urbanos, a sublevação zapatista foi o produto da sinergia de comunidades de ativistas índios locais e intelectuais urbanos, contribuindo todos eles com suas próprias qualidades organizativas, de programação e de liderança. Cada um complementava o outro: as comunidades indígenas ensinaram aos intelectuais urbanos o caráter específico das condições e necessidades das comunidades locais, ao passo que os intelectuais somaram um conhecimento internacional, nacional, estratégico e político-militar. Sem minimizar a importância das especificidades de Chiapas ou a relevância da raça/classe na definição da originalidade dos movimentos camponeses locais, aos ativistas urbanos segue um modelo comum, aplicado previamente na Indochina, China e algumas partes da América Latina. O que deu à sublevação zapatista este caráter de novidade foi o momento eleito para levá-la a cabo: se deu em um período de refluxo esquerdista mundial e, em particular, em um momento em que outros movimentos de guerrilha na América Central deixavam as armas e chegavam a acordos políticos com os neoliberais no poder.

3. Ver Guillermo Correa, Julio César e Ignacio Ramírez, “La capacidad de organismos campesinos...”, assim como Antonio Jaquez, “De Torreón a la selva chiapaneca”, ambos em *Proceso*, 897, 10 de janeiro de 1994.

4. Associação Rural de Interesse Coletivo. Nota do tradutor.

5. Estas entrevistas tiveram lugar em Chiapas, 10-17 de julho de 1994.

Ao sublinhar a coincidência do movimento zapatista com outras experiências revolucionárias, queremos sustentar: que existe uma continuidade com processos revolucionários prévios de influência marxista; que as práticas marxistas e as teorias de ação tinham, todavia, importância; e que o zapatismo não podia ser assimilado a nenhuma concepção da política "pós-moderna". Em suma, o movimento zapatista combinou inovação e tradição: não nasceu do nada e tampouco reciclou formas do passado. A natureza sumamente política e, mais especificamente, anti-imperialista do movimento ficou manifestada no momento eleito para a sublevação. Tal e como declarou um líder zapatista: "Ninguém, exceto os ricos, vai se beneficiar do TLC⁶ (Tratado de Livre Comércio). Assim entendemos e nos sublevamos".

A forte estrutura da comunidade local, as normas e as estreitas relações pessoais foram o instrumento que facilitou os objetivos estratégicos destacados pela liderança da guerrilha. Isto fica muito claro nas medidas de segurança adotadas durante os prolongados períodos de organização política. Um líder zapatista declarou: "Todo mundo teve que abster-se de beber. Durante os 10 anos de organização clandestina foi muito importante evitar o álcool, sobretudo por razões de segurança, porque quando um bebe conta tudo".

O elemento surpresa e a capacidade do movimento zapatista para evitar a repressão tem sua raiz nos poderosos vínculos internos, que facilitaram a organização a longo prazo e em grande escala. O movimento se construiu mediante a educação política e a ação direta: ambas resolveram os problemas imediatos das comunidades. Embora se empreendia a organização a longo prazo do movimento da guerrilha, era comum a ocupação das terras com o fim de abastecer aos camponeses. Descrevendo a origem do movimento clandestino, um líder zapatista sinalizou: "Nós expulsamos os latifundiários e ocupamos suas terras". Os laços sociais, a confiança em si mesmos e a disciplina acumulados com fins estratégicos também serviram para resolver problemas imediatos. E mais, as pequenas vitórias tornaram-se de grande importância ao movimento e infundiram nos membros da comunidade a idéia de que eram capazes de ganhar a batalha e transformar a sociedade.

Comunidades e líderes

A relação entre as comunidades e a liderança da guerrilha não deixa de ser um assunto problemático. Existem tensões e divergências: estas se manifestam, entre outras coisas, na apreciação tática e nas necessidades socioeconômicas.

Por exemplo, a invasão do governo e a ocupação das comunidades zapatistas em 7 de fevereiro de 1994 destruíram as reservas básicas de comida. Sob uma forte pressão, alguns dos líderes destas comunidades decidiram entrar em negociações com o governo para garantir assistência econômica, estabelecendo deste modo uma estrutura paralela às negociações guerrilha/governo. Isto levou outros líderes de comunidades zapatistas e, por suposto, a liderança da guerrilha a denunciá-los como "traidores".

6. Refere-se ao Nafta. N.T.

Um segundo exemplo das diferenças táticas apareceu mesmo no contexto da invasão do governo em fevereiro. Fingindo “boa vontade” para negociar, o governo lançou de repente uma massiva ofensiva militar para cortar o movimento da guerrilha de sua base de suporte social/político nas comunidades indígenas. Ao ouvir dizer que os militares os cercavam, os camponeses prepararam-se para resistir. Os líderes da guerrilha aconselharam a retirada tática: “O governo nos enganou. Estávamos negociando e, de repente, o exército entra. Sessenta mil. A gente queria enfrentá-los. Os companheiros perguntaram: “ Por que (os guerrilheiros) os deixaram entrar?” Porém os comandantes disseram que não devíamos lutar, que a sociedade civil não queria a guerra e que não tínhamos que morrer”.

Para as milícias camponesas, o tema da guerra tinha como fundamento uma distinção moral entre “os movimentos de boa fé”. Casos de promessas não cumpridas. Comportamento desonesto e engano estavam presentes sobretudo na mente dos milicianos. Para os guerrilheiros, tinham suma importância as considerações políticas e estratégico-militares: a reação da sociedade civil, a correlação de forças político-militares no âmbito nacional, a acumulação de apoio político. Por último, era decisiva a autoridade, senão os argumentos, dos comandantes. Os camponeses retiraram-se às montanhas, deixando os militares ocuparem seus povoados. A resposta espontânea das milícias camponesas contrasta com os cálculos políticos dos líderes da guerrilha. Porém, no final, a confiança mútua levou ao que resultou ser, essencialmente, a decisão correta, ou seja, retirar-se ante a força devastadora e lutar outro dia. A resolução das diferenças poderia, até certo ponto, ser exemplo de que as decisões da comunidade eram ignoradas pelos líderes da guerrilha. No entanto, o mais provável é que, como resultado de discussões democráticas e de mútuo acordo, a decisão adotada fora que a retirada era realista e benéfica para a comunidade.

Tomada de decisão comunitária

As transformações produzidas nas comunidades como conseqüência de sua politização se manifesta nas dramáticas mudanças nas relações de gênero e na tomada de decisão comunitária. Da mesma maneira que há debates democráticos entre os líderes das milícias e os comandantes, há também debates e discussões sobre temas políticos dentro das comunidades. Por exemplo, depois de haver decidido retirar-se em vez de resistir à invasão do exército, apareceu um segundo tema: se as mulheres iam também retirar-se ou ficar nos povoados. Na primeira votação, os homens decidiram que se retirariam e que as mulheres ficariam. As mulheres rechaçaram esta proposta e decidiram mudar a votação. O líder de uma comunidade descreveu o processo da seguinte maneira: “Nos reunimos em uma assembléia geral e decidimos, nós, os homens, que iríamos a montanhas. Porém, as mulheres insistiram em ir também e fomos todos. Escondemo-nos nas montanhas de 10 de fevereiro a 2 de março”. A voz e o voto das mulheres foram decisivos na hora de mudar a natureza da retirada

e refletiram, de maneira ainda mais importante, o respeito e a consciência dos milicianos em relação à necessidade de consultar às mulheres sobre questões de sobrevivência e guerra.

A mudança nas relações de gênero fica claramente manifestada na resposta da comunidade à incorporação das mulheres no exército da guerrilha e a aceitação da igualdade de gênero nas montanhas: "Muitas jovens foram às montanhas. A comunidade concordou porque estavam lutando por todos nós. Nas montanhas lhes dão contraceptivos e, se querem casar-se, têm seu consentimento, casam-se nas montanhas. Ali participam em tudo, com os homens, algumas, inclusive, comandam tropas". As assembleias tradicionais, características das práticas democráticas das comunidades locais, importam dos ativistas urbanos as propostas modernas de igualdade de gênero, num exemplo de reforço complementar da tomada de decisão democrática.

A contra-revolução frente à solidariedade

A afirmação governamental de que extremistas externos estavam manipulando as comunidades locais e explorando suas reivindicações foi negada por sua estratégia de contra-insurreição, baseada na suposição de que existiam profundos vínculos estratégicos entre as comunidades, baseados na família, classe, etnia e laços comunitários. A invasão do exército no mês de fevereiro foi desenhada, por uma parte, para arruinar os vínculos econômicos entre as comunidades e a guerrilha e, por outra, para minar o apoio político-militar das guerrilhas às comunidades em seus esforços para recuperar terras dos grandes latifundiários. A principal tarefa dos militares foi destruir as reservas de comida, as colheitas e as ferramentas das granjas⁷ das comunidades. O objetivo era cortar as reservas de comida das comunidades, assim como as reservas das comunidades para a guerrilha. Ao mesmo tempo que deixava morrer de fome as comunidades, o governo pretendia conseguir uma dependência da caridade do Estado por parte do camponeses indígenas, assim como tirar-lhes da guerrilha. Com a ameaça de fome iminente sobre os povoados, o governo esperava dividir as comunidades, levando-as a negociações paralelas para, deste modo, minar a guerrilha. O líder de uma comunidade descreveu o processo da seguinte maneira: "O exército levou tudo o que tínhamos: destruiu os canos de água potável, a eletricidade, o gado, a comida. Destruíram ou levaram tudo. Agora, tentam subornar os líderes. Porém, aqui, nesta comunidade, esses oficiais que querem subornar aos camponeses não podem passar. Se entram, os levamos às montanhas, para que saibam o que é. Somos a base de apoio para a guerrilha. Damos de comer a todos. Depois, chegou muita ajuda e pudemos descansar um pouco. Agora, as condições são muito ruins. O exército nos levou tudo e não podemos semear porque não temos sementes; tampouco podemos vender ou comprar o que necessitamos. Vai-nos custar dois anos para repormo-nos do golpe (a invasão) que deu-nos o exército. Os homens estão na guerra e isto atrasa a colheita".

7. Lotes de terras, toscas, cuja produção é, geralmente, para sobrevivência. Nota do tradutor.

O nexu entre o exército guerrilheiro, as milícias comunitárias e a comunidade está baseada nos vínculos, por sua vez, familiares, comunitários e pessoais que reforçam a solidariedade política, social e de classe. A política repressiva do governo tem precisamente como objetivo criar entre as famílias, as comunidades e a guerrilha, conflitos e competição na obtenção de recursos escassos. No entanto, fica claro que esta estratégia tem tido um êxito limitado. A solidariedade comunitária, étnica ou de classe tem posto grandes limitações à estratégia de cooptação. Os laços guerrilha/comunidade persistem apesar do exército ter cortado a reserva de comida e apesar de seus esforços para acabar com a cooperação.

O uso da força por parte do Estado revela outra das mudanças básicas surgidas da consolidação do movimento zapatista: o final da hegemonia dos latifundiários. Estes já não podem controlar a região por si mesmos a partir dos recursos locais. Só podem sobreviver se os militares vigiarem permanentemente suas propriedades. Quando os militares se vão de uma granja, os proprietários recolhem todos seus bens móveis e se vão. Os camponeses zapatistas voltam a ocupar rapidamente o terreno. Um líder camponês disse: "Com a invasão do exército vieram os latifundiários e levaram o gado que não haviam levado antes". A disputa sobre a hegemonia tem sido resolvida em favor dos camponeses, apesar da presença militar. É interessante notar que o exército não estava disposto a fazer guarda para os latifundiários de forma permanente, apesar da hostilidade do regime frente o movimento zapatista.

A novidade do movimento zapatista

Essencialmente, se trata de um movimento guerrilheiro que depende das comunidades camponesas. Não tem "braço civil". Ao contrário de outros exércitos de guerrilha da América Central, os comandantes têm que consultar às comunidades e estas são inflexíveis sobre um ponto: não pode haver um acordo de paz sem que se resolva primeiro os assuntos agrários (reforma agrária, crédito, marketing, preços, etc.). Temas como desarmamento e democratização ou processos eleitorais mais amplos dependem, antes de tudo e principalmente, da satisfação das demandas por terra e justiça. Neste sentido, os comandantes zapatistas se distinguem basicamente dos líderes salvadorenhos, guatemaltecos e nicaraguenses no fato de que estes renunciaram aos temas agrários e à luta armada em troca da participação nos processos eleitorais. O resultado final foi a mobilidade ascendente dos ex-guerrilheiros (no Parlamento, nas ONG's, nos *ayuntamentos*⁸ e outras posições), enquanto os camponeses seguem nas mesmas condições: pobres e sem terra. Com os "acordos de paz" entre os governos neoliberais e os comandantes, o tema da reforma agrária ficou numa posição secundária, quando não inferior, para se assegurar um lugar nos processos eleitorais, com o argumento de que a "democracia" era uma condição básica para estabelecer a reforma agrária. Na prática, o processo eleitoral simplesmente consolidou o poder da direita e seu controle da terra. A reforma agrária desapareceu como demanda central e foi substituída pela agenda neoliberal promovida pelos parlamentos e presidências dominados pela direita.

8. Comunidades indígenas. N.T.

Contrariamente, em Chiapas as comunidades organizadas insistem na reforma agrária e em novas regras democráticas baseadas em seu próprio exército como parte integrante das negociações. O desarme não é uma condição de um acordo negociado: é mais o acordo sobre questões socioeconômicas a condição para as eleições e o desarme. Um líder camponês assinalou que: "Não vamos nos render nem entregar nossas armas. Negociaremos ou lutaremos segundo se comporte o governo. Aqui, na comunidade, fazemos nossas próprias regras, e aplicamos nossas próprias leis. Aqui, não há regras governamentais".

A autonomia das assembleias comunitárias é o melhor antídoto contra o domínio vertical dos comandantes centro-americanos, que puderam assim impor sua agenda política eleitoral, relegando a de seus partidários camponeses. Neste sentido, Chiapas é, de fato, um novo tipo de política com uma nova agenda socioeconômica.